

Lula não vai sancionar aumento de deputados

Para não gerar nova crise, porém, presidente não se pronuncia

Por Karoline Cavalcante

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) decidiu que não sancionará o Projeto de Lei (PL) que eleva de 513 para 531 o número de deputados federais. O prazo para manifestação vai até o próximo dia 16 de julho. Até então, o chefe do Executivo ainda avaliava sua posição, mas agora restringiu-se a duas opções: vetar o projeto ou simplesmente não se pronunciar — o que transferirá a responsabilidade da promulgação diretamente ao Legislativo. As informações são da Folha de S. Paulo, e confirmam a tendência que já tinha sido apresentada pelo Correio da Manhã.

A relação entre o Executivo e o Legislativo vive seu momento mais tenso desde o início do terceiro mandato de Lula. A aprovação do PL, ocorrida em 25 de junho, foi interpretada como uma dupla derrota política para o governo. No mesmo dia, o Congresso Nacional também aprovou o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) que anulou o aumento das alíquotas do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), medida que havia sido proposta pela equipe econômica.

A decisão do Congresso pegou o Executivo de surpresa. Após semanas de negociação sobre o IOF, o governo acreditava ter mais tempo para buscar um acordo. No entanto, a proposta foi incluída de última hora na pauta da Câmara pelo presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), sem aviso prévio. Nos bastidores, a avaliação é de que a crítica feita pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, ao projeto de ampliação do número de deputados — em entrevista à TV Record no dia anterior — teria sido o estopim para a retaliação parlamentar.

Lula: derrubada do IOF por Congresso foi inconstitucional

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmou nesta segunda-feira (7) que a derrubada do decreto do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) pelo Congresso Nacional foi inconstitucional, mas que divergências políticas fazem parte da democracia.

Questionado sobre o tema por jornalistas, em entrevista após a cúpula do Brics no Rio de Janeiro, o chefe do Executivo disse que ainda não leu a decisão sobre o tema do ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), e que não está participando de nenhuma mesa de conciliação.

“Nós mandamos uma proposta para o Congresso. O Congresso resolveu fazer uma coisa, na minha opinião, totalmente inconstitucional. Decreto é uma prioridade do governo, do Executivo”, afirmou.

AGU

Lula disse que vai tratar do assunto com a AGU (Advocacia-Geral da União) quando retornar a Brasília. “Vou conversar com o meu advogado-geral da União [Jorge Messias] para ele cuidar desse assunto. É simples assim. Não tem nada de anormal. Tem uma divergência política que é própria da democracia e vamos resolvendo os



Joédson Alves/Agência Brasil

Lula deixará para o Congresso desgaste sobre número de deputados

Judiciário

Em resposta, o governo acionou o Supremo Tribunal Federal (STF) por meio da Advocacia-Geral da União (AGU), protocolando uma Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) para restabelecer os efeitos do decreto presidencial sobre o IOF. A iniciativa foi mal recebida por Motta, que enviou um duro recado ao Planalto, condenando o que classificou como clima de polarização política. Ele defendeu a legitimidade da decisão do Congresso e rejeitou as acusações de deslealdade com o Executivo. Lula, por sua vez, acusou o presidente da Câmara de romper um acordo e classificou a manobra como “uma decisão absurda”.

O ministro do STF Alexandre de Moraes interveio e determinou a suspensão tanto dos decretos do Executivo

quanto do Legislativo. Ele também agendou uma audiência de conciliação entre as partes para a próxima terça-feira (15). Segundo o magistrado, a Constituição Federal determina não apenas a interdependência entre os Poderes, mas também a harmonia entre eles. Ou seja, ao agir como mediador, devolveu a questão à mesa de negociações.

Cautela

Diante do agravamento da crise, integrantes do governo reconhecem que qualquer novo movimento precisa ser feito com cautela. A proposta de aumento no número de deputados é impopular e delicada. Caso Lula opte por sancionar o texto, enfrentará forte resistência da opinião pública. De acordo com pesquisa Datafolha divulgada em 17 de junho, 76% dos brasileiros

rejeitam a medida, enquanto apenas 20% a apoiam.

Por outro lado, um eventual veto pode ampliar o desgaste com o Congresso, de quem o governo depende para aprovar projetos estratégicos. Segundo levantamento da Genial/Quaest divulgado na última quarta-feira (2), 46% dos deputados federais avaliam negativamente a gestão Lula. Apenas 27% têm uma percepção positiva, enquanto 24% a classificam como “regular”. As chances do Palácio do Planalto conseguir aprovar sua agenda prioritária também são desafiadoras: 57% dos deputados consideram baixas, enquanto apenas 36% avaliam que as chances são altas. Entre os principais entraves apontados, está a desarticulação política do Executivo, citada por 45% dos entrevistados.



Bruno Peres/Agência Brasil

Messias: Congresso violou separação dos poderes

problemas”, disse.

Na semana passada, Moraes suspendeu os decretos do IOF - tanto as normas editadas pelo governo quanto o decreto legislativo aprovado pelo Congresso Nacional - e designou a realização de uma audiência de conciliação no próximo dia 15.

O encontro tem o objetivo de buscar uma saída negociada para a crise envolvendo a elevação das alíquotas do IOF. A decisão de judicializar foi tomada por Lula, que ficou irritado com a condução do tema pelo presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB). No entendimento da AGU, o

decreto presidencial é constitucional e não poderia ter sido suspenso pelo Congresso.

Violação

“A avaliação técnica dos nossos advogados, submetida ao presidente da República [Lula], foi que a medida adotada pelo Congresso Nacional acabou por violar o princípio da separação de Poderes”, disse Messias a jornalistas, no dia em que a AGU acionou o STF.

No fim de junho, a Câmara e o Senado impuseram ao governo uma derrota contundente (383 votos favoráveis e 98 contrários) com a derrubada

dos decretos que alteravam as alíquotas do IOF. Foi a primeira vez, desde o governo Collor em 1992, que um decreto presidencial acabou derrubado por votação do Congresso.

Antes mesmo de o texto chegar ao Congresso, o pacote de medidas para compensar a recalibragem das alíquotas do IOF já estava sob ataque, apesar da negociação do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, com líderes partidários.

Nathalia Garcia, Guilherme Botacini, Patrícia Campos Mello e Ricardo Della Coletta (Folhapress)

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA



Isac Nóbrega/PR

Trump elogiou Bolsonaro e criticou Justiça brasileira

Governo: Trump reforçou nacionalismo da esquerda

Ainda é cedo para estimar eventuais retaliações concretas por parte de Donald Trump, mas suas manifestações em defesa de Jair Bolsonaro e contra medidas do Brics foram comemoradas no Palácio do Planalto.

Na avaliação de auxiliares de Lula, as reclamações e ameaças do presidente norte-americano reforçam um bom momento da esquerda em

redes sociais, materializando em ataques a setores do Congresso Nacional e a privilégios tributários dos mais ricos.

Outro dado importante é que os ataques de Trump permitem ao governo recuperar um nacionalismo que, nos últimos anos, foi quase monopolizado pela direita. As falas também ameaçam setores da economia brasileira que são críticos a Lula.

Bandeira

Não foi à toa que, em resposta a Trump, a ministra Gleisi Hoffmann, de Relações Institucionais, correu para ocupar as redes sociais. Postou que que o Brasil não é mais subserviente aos Estados Unidos e que Bolsonaro batia continência para a bandeira norte-americana.

Imperialismo

Lula foi na mesma linha, e e reafirmou a soberania brasileira. Ao falar da ameaça ao Brics, considerou irresponsável o gesto de Trump e afirmou que o mundo não precisa de imperador — referência ao conceito de “imperialismo”, tão usado pela esquerda no passado.



Marcelo Camargo/Agência Brasil

Tarcísio de Freitas é o favorito da direita

Bolsonaristas festejam; centro direita fica preocupada

As manifestações de Trump foram recebidas com entusiasmo pelos bolsonaristas, mas com certo cuidado pela direita que tenta construir uma opção que busca o eleitor mais ao centro.

Para este grupo, a atitude do presidente norte-americano reforça o radicalismo dos que pregam o embate direto com

o Supremo Tribunal Federal, em particular, com Alexandre de Moraes.

Uma postura que reforça o peso da família do ex-presidente no jogo político e, principalmente, o papel do deputado federal licenciado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), que foi para os EUA articular a campanha pelo pai e contra o STF.

Camisa amarela

Visto com desconfiança por bolsonaristas por evitar criticar o STF, o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), abandonou a moderação e respaldou Trump. Ao reiterar que Bolsonaro tem que ser julgado pelo eleitor, comprou briga com Moraes.

Corda bamba

A mudança de postura foi estratégica. Para uma liderança do Centrão, o governador de São Paulo não poderia deixar de apoiar o ex-presidente neste momento — sabe que sem o apoio dos bolsonaristas, não terá chance de vencer a eleição presidencial de 2026.

Torcida

Agora, a extrema direita torce para que o governo dos Estados Unidos anuncie sanções contra Moraes — no limite, as punições poderiam fazer com que o ministro do STF ficasse sem poder usar cartões de crédito, todos vinculados a bandeiras norte-americanas.

Apostas

A oposição terminou o dia com a certeza de que Trump embolou ainda mais o jogo em torno de busca de uma candidatura da direita. Havia também a convicção de que haverá um Bolsonaro na corrida presidencial — até mesmo na cabeça de chapa.